

Relatório Geral de Atas - CT - Verde Amarelo

Ata da Reunião nº: 05 - Aprovada

Data: 10/05/2002

Local: Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. Esplanada dos Ministérios - Bloco E - 2. andar. Brasília - DF

Participantes:

Membros presentes:

Carlos Américo Pacheco (Presidente) - MCT
Antônio Barros de Castro (Titular) - Representante da Comunidade Científica (UFRJ)
Ésper Abrão Cavalheiro (Titular) - CNPq
Jorge de Paula da Costa Ávila (Titular) - finep
Mário Bernardini (Titular) - Representante do Setor Produtivo (FIESP)
Maurício Serrão Piccinini (Titular) - Representante do BNDES
Moacir Fischmann (Titular) - MDIC
Wilson Suzigan (Titular) - Comunidade Científica
Marco Antônio dos Reis Guarita (Suplente) - Substituto do Representante do Setor Empresarial

Convidados presentes:

Americo Rodrigues Filho - MCT
Carlos Alberto Couto - FINEP
Dyogo Oliveira - MDIC
Fernando Oliveira - USP
Fernandos de Nielander Ribeiro - FINEP
Flávio Coutinho de Carvalho - CNPq
Guilherme Brandão - CNPq
João Bosco - MCT
Luciana Camacho Rodrigues - MCT
Luiz Martins de Melo - FINEP
Luiz Miraglia - MDIC
Márcia Gusmão - FINEP
Marília de Souza - IEL
Maurício Otávio de Mendonça Jorge - MCT
Paulo Alvim - SEBRAE
Rafael Leite P. de Andrade - CGEE
Reinaldo Dias Ferraz - MCT/SEPTE
Roberto Vermulm - CGEE
SERGIO SALLES - FINEP
Simone de Araújo - IEL
Antônio Márcio Buainain (Secretário Técnico) - CGEE

1. A reunião foi aberta pelo Presidente do Comitê Gestor do Fundo Verde-Amarelo Sr. Carlos Américo Pacheco, que agradeceu a presença de todos e realizou a leitura da pauta que apresentava os seguintes pontos: 1) Aprovação da Ata da IV Reunião do Comitê Gestor; 2) Apresentação do Sr. João Fernando Gomes de Oliveira (USP de São Carlos) - "Experiências em Cooperação Universidade-Empresa"; 3) Prestação de contas referente aos projetos contratados em 2001; 4) Apresentação da proposta de ação em Tecnologia Industrial Básica; 5) Apresentação da proposta de ação do "RHAe-inovação"; 6) Apresentação da proposta de ação para Projetos Cooperativos Empresa-Universidade; 7) Apresentação da proposta de ação em Empreendedorismo, Parques e Pólos; 8) Apresentação da proposta de ação para Mobilização e Informação para Inovação; 9) Apresentação da proposta de ação para Apoio Direto à Inovação; 10) Apresentação da proposta de ação em Arranjos Produtivos Locais; 11) Outros assuntos de interesse do Comitê.
2. Após a aprovação da pauta pelos membros do Comitê Gestor, o Sr. Pacheco esclareceu que o Sr. João Fernando Gomes de Oliveira, da USP de São Carlos, faria breve apresentação de um dos dezessete projetos do Instituto do Milênio, que congrega um conjunto seletivo de redes de pesquisas cooperativas dedicadas à pesquisa avançada em temas que vão da tuberculose até organização industrial. O Sr. Pacheco chamou atenção para o material distribuído aos membros do Comitê Gestor, contendo informações sobre os Institutos do Milênio, e também uma cópia do discurso do Ministro Sardenberg proferido durante o 14o Fórum Nacional - INAE "O Brasil e a Economia do Conhecimento". Citou ainda o documento da CNI sobre política industrial, que apresenta um longo capítulo sobre inovação, matéria de interesse dos conselheiros do Fundo Verde-Amarelo.

Termos Livres: CNI; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; POLÍTICA INDUSTRIAL; PROGRAMA INSTITUTOS DO MILÊNIO; REDES DE PESQUISAS COOPERATIVAS;

3. Em seguida o Sr. Pacheco passou a palavra ao Sr. Oliveira, que iniciou sua apresentação citando que a qualidade de vida de uma comunidade depende da eficiência com que o processo de manufatura ocorre nas indústrias. Para apoiar a melhoria desse processo foi criado o grupo de manufatura avançada, que conta com 180 pesquisadores de cinco universidades e desenvolve pesquisas nas áreas de engenharia, logística, automação de processos, meio ambiente, qualidade e custos. Com base na visão de como os processos devem ser integrados para elevar a competitividade das empresas, o grupo editou no final do ano 2000 um livro intitulado A Fábrica do Futuro, distribuído gratuitamente para 45 mil empresas. O Sr. Oliveira explicou que a desvalorização cambial ocorrida em 1999 criou oportunidades de investimento em tecnologia nacional, pois a importação de máquinas e a montagem do produto no País passou a não ser rentável para alguns setores, inclusive o automobilístico. É neste contexto que se insere a Fábrica do Futuro, projeto encampado pelo Instituto do Milênio. O Sr. Oliveira expôs que as metas da Fábrica do Futuro para o próximo biênio envolviam: interação com cerca de 380 empresas, reciclagem de 1000 profissionais, geração de 120 teses de mestrado e doutorado, publicação de 235 artigos de conhecimento e ainda o desenvolvimento de 15 patentes. O Sr. Oliveira apresentou as empresas parceiras e expôs que o objetivo principal é desenvolver tecnologicamente as indústrias instaladas no País, mesmo que não sejam necessariamente de capital nacional. O Sr. Oliveira concluiu afirmando que a implementação de sistemas de parceria e cooperação ganha cada vez mais importância na obtenção e manutenção da competitividade empresarial em nível mundial.

Termos Livres: COMPETITIVIDADE; DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; EMPRESAS; GRUPO DE MANUFATURA AVANÇADA; IMPORTAÇÃO; INDÚSTRIAS; INVESTIMENTOS; MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; PARCERIAS; PROJETO FÁBRICA DO FUTURO; TECNOLOGIAS;

4. Terminada a apresentação, o Sr. Pacheco colocou em apreciação a ata da IV Reunião do Comitê Gestor, que foi aprovada após correções pontuais de gramática. Em seguida o Sr. Pacheco passou a palavra ao Sr. Sérgio Salles para que o mesmo apresentasse o relatório de operações do Fundo Verde-Amarelo, o qual apresenta os investimentos do Fundo no ano de 2001, em conformidade com as solicitações anteriores do Comitê Gestor. O Sr. Salles iniciou sua exposição comentando que o documento distribuído continha, em sua introdução, uma breve análise qualitativa das principais ações apoiadas pelo FVA, destacando os projetos cooperativos de maior relevância do ponto de vista do tamanho, qualidade, amplitude e abrangência. O Sr. Salles destacou a contratação de 232 projetos em 2001, praticamente todos envolvendo cooperação Universidade/Empresa, correspondendo ao montante de R\$ 152.700.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões e setecentos mil reais), distribuídos em cerca de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões) em 2001, com carry over de R\$ 50.700.000,00 (cinquenta milhões e setecentos mil) para 2002 e de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões) para 2003. Em seguida, o Sr. Salles apresentou a distribuição dos projetos contratados de acordo com os eixos da versão do documento básico vigente em novembro de 2001. Foram destinados 57,4 milhões de reais para o eixo dos Fatores Sistemáticos para a Inovação; 46,6 milhões de reais para o eixo de Cooperação Tecnológica para Inovação e 37,4 milhões de reais para o eixo de Empreendedorismo de Base Tecnológica e Sistemas Locais de Inovação. O Sr. Salles apresentou ainda a alocação dos recursos de acordo com os temas priorizados pelo Comitê Gestor para o ano de 2002. A respeito da previsão financeira para 2002, o Sr. Salles concluiu que, considerando o orçamento previsto de R\$ 192.000.000,00 (cento e noventa e dois milhões), o limite de empenho definido pelo ministério da ordem de R\$ 153.000.000,00 (cento e cinquenta e três milhões), o pagamento efetivo de apenas 40% do projeto em seu primeiro ano e ainda o resíduo a pagar de 2001, o teto a ser comprometido em 2002 estaria em torno de R\$ 213.500.000,00 (cento e treze milhões e quinhentos mil reais).

Termos Livres: AÇÕES DO CT-VERDE AMARELO; ALOCAÇÃO DE RECURSOS; APROVAÇÃO DE ATA; ATAS DE REUNIÕES; CONTRATAÇÃO DE PROJETOS; DOCUMENTO BÁSICO; FUNDO VERDE-AMARELO; INVESTIMENTOS; ORÇAMENTO; PARCERIAS; PROJETOS; PROJETOS CONTRATADOS; PROJETOS COOPERATIVOS; RECURSOS FINANCEIROS; UNIVERSIDADE-EMPRESA;

5. O Sr. Bernardini sugeriu que, antes de se começar a fazer projeções para 2002, fosse realizado um debate com o intuito de estabelecer a melhor distribuição de recursos nos eixos. O Sr. Bernardini expôs sua dúvida em relação à participação das empresas nos projetos contratados, pois a listagem de projetos disponibilizada não apresenta esse dado de modo claro. Segundo o Sr. Bernardini, projetos envolvendo a cooperação Empresa/Universidade e o Apoio Direto à Inovação deveriam ter, por hipótese, dois terços dos recursos do Fundo, pois há um consenso no Comitê Gestor em relação a necessidade de priorizar essas linhas de ação.

Termos Livres: AÇÕES DO CT-VERDE AMARELO; APOIO À INOVAÇÃO; EMPRESAS; FUNDO VERDE-AMARELO; LINHAS DE AÇÃO; PARCERIAS; PROJETOS; PROJETOS CONTRATADOS; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO; RECURSOS FINANCEIROS; UNIVERSIDADE-EMPRESA;

6. O Sr. Fischmann concordou com a avaliação do Sr. Bernardini e comentou que, analisando a alocação dos recursos segundo os eixos, era possível concluir que não havia sido cumprida a orientação prévia do Comitê de priorizar a cooperação tecnológica entre universidades e empresas.

Termos Livres: ALOCAÇÃO DE RECURSOS; COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA; FUNDO VERDE-AMARELO; PRIORIDADES DO CT-VERDE AMARELO; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO; RECURSOS FINANCEIROS; UNIVERSIDADE-EMPRESA;

7. O Sr. Pacheco esclareceu que a prestação de contas referia-se à aplicação dos recursos, autorizados em caráter excepcional pelo Comitê Gestor, na 1ª Reunião realizada em 2001. Ainda assim, segundo o Sr. Pacheco, a carteira era consistente e a grande maioria dos projetos envolvia cooperação ou beneficiava diretamente as empresas. Esclareceu que devido a restrições legais, os projetos só podem ser contratados por convênio com uma instituição sem fins lucrativos ou uma instituição pública. Assim sendo, o nome das empresas envolvidas muitas vezes acaba não figurando na listagem.

Termos Livres: APLICAÇÃO DE RECURSOS; CARTEIRA DE PROJETOS; CONVÊNIO; INSTITUIÇÕES; PROJETOS CONTRATADOS; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO;

8. O Sr. Pacheco sugeriu que fosse elaborada uma nova listagem adicionando-se uma coluna contendo as empresas parceiras. O Sr. Pacheco observou também que, devido ao pouco tempo disponível para contratação dos projetos, não havia sido possível utilizar instrumentos tradicionais como editais e chamadas, e por isto mesmo, os recursos haviam sido direcionados para financiar ações que já vinham sendo fomentadas pelo MCT e suas agências dentro da concepção geral definida pela lei de criação do Fundo Verde-Amarelo. Algumas ações como o fortalecimento da rede de metrologia, ainda que não incluam empresas na fase de implantação, as beneficiam diretamente, pois são as usuárias dos serviços de Tecnologia Industrial Básica. Concluindo, o Sr. Pacheco declarou que a distribuição dos recursos no presente ano poderia assumir um perfil bastante distinto do passado.

Termos Livres: CONTRATAÇÃO DE PROJETOS; EDITAIS; EMPRESAS; FINANCIAMENTO DE AÇÕES; FUNDO VERDE-AMARELO; MCT; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; PARCERIAS; TECNOLOGIA INDUSTRIAL;

9. Complementando, o Sr. Salles lembrou que os projetos classificados como arranjos produtivos locais também envolvem empresas e que, no seu entendimento, o percentual aplicado de fato em projetos cooperativos estaria entre setenta a oitenta por cento de todos os recursos aplicados em 2001.

Termos Livres: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; EMPRESAS; PROJETOS; PROJETOS COOPERATIVOS; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO; RECURSOS FINANCEIROS;

10. O Sr. Piccinini lembrou a existência da determinação legal de se investir no mínimo 30% dos recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste e sugeriu que a nova tabela a ser elaborada contivesse essa informação e inclusive a data de contratação e de previsão de término dos projetos.

Termos Livres: CONTRATAÇÃO DE PROJETOS; INVESTIMENTOS; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO; REGIÃO CENTRO-OESTE; REGIÃO NORDESTE; REGIÃO NORTE;

11. O Sr. Pacheco solicitou à FINEP que reestruturasse a prestação de contas de modo a incorporar as sugestões apresentadas e a distribuísse na próxima reunião. Antes de passar para o próximo ponto de pauta o Sr. Pacheco agradeceu o apoio do Comitê Gestor à realização das reuniões técnicas, que haviam contado com participação expressiva dos representantes dos membros do Comitê Gestor e que, segundo opiniões por ele colhidas, haviam sido bastante proveitosas. Como resultado das reuniões havia se produzido consenso em relação a algumas propostas, cujos documentos haviam

sido melhorados e dispensavam maiores debates. Sendo assim, o Sr. Pacheco sugeriu discussão expedita desses documentos, destinando mais tempo para esclarecimento de eventuais dúvidas, apresentação e debate das outras propostas. Segundo o Sr. Pacheco, os grupos técnicos haviam concordado sobre as iniciativas na área de Tecnologia Industrial Básica, "RHAЕ-inovação" e Projetos Cooperativos, os quais poderiam portanto, ser apreciados de forma rápida pelo Comitê Gestor.

Termos Livres: COMITÊ GESTOR; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS; FINEP; PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATIVIDADES ESTRATÉGICAS EM APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; PROJETOS COOPERATIVOS; RHAЕ-INOVAÇÃO; TECNOLOGIA INDUSTRIAL;

12. Com a concordância de todos, o Sr. Pacheco colocou a proposta de aplicação de recursos em Tecnologia Industrial Básica em discussão. O Sr. Suzigan considerou que o documento estava excelente, mas que ainda restavam dúvidas em relação ao dimensionamento de recursos para a proposta. O Sr. Pacheco esclareceu que a proposta inicial era apoiar um programa plurianual de Tecnologia Industrial Básica, entretanto sugeriu que as questões relacionadas ao volume de recursos destinado a cada proposta fossem debatidas em um momento posterior. Não havendo nenhuma outra intervenção, o Sr. Pacheco considerou aprovada a proposta de destinar recursos do Fundo Verde-Amarelo ao Programa de Tecnologia Industrial Básica e colocou em discussão a proposta do "RHAЕ-inovação"

Termos Livres: APLICAÇÃO DE RECURSOS; PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATIVIDADES ESTRATÉGICAS EM APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; PROGRAMA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO; RHAЕ-INOVAÇÃO; TECNOLOGIA INDUSTRIAL;

13. O Sr. Suzigan observou que se tratava de uma boa iniciativa, mas que o documento apresentado ainda necessitava de alguns pequenos ajustes na sua redação de modo a torná-lo mais claro, especialmente em sua introdução. Antes de passar a palavra ao Sr. Alvim, o Sr. Pacheco deu-lhe as boas vindas e manifestou satisfação em tê-lo como representante do SEBRAE e dos interesses das micro, pequenas e médias empresas no Comitê Gestor.

14. O Sr. Alvim pediu que fosse esclarecido se a proposta do RHAЕ-inovação englobaria as bolsas eventualmente demandadas pelas outras ações do Fundo. O Sr. Brandão e o Sr. Pacheco esclareceram que se tratam de coisas independentes, pois as bolsas propostas no RHAЕ destinam-se prioritariamente à manutenção de pesquisadores dentro da empresa, e as bolsas eventualmente demandadas nas outras ações do Fundo seriam contabilizadas nos respectivos projetos. O Sr. Bernardini identificou no histórico do RHAЕ uma porcentagem de 35% das bolsas aplicadas em organizações públicas; outro ponto levantado pelo Sr. Bernardini foi o pequeno número de empresas participantes em relação ao universo de empresas nacionais, explicitando a baixa capilaridade da ação passada. Por considerar o programa extremamente relevante, o Sr. Bernardini sugeriu que o CNPq buscasse aprimorar os mecanismos de oferta e ampliar o público alcançado. O Sr. Pacheco expôs que a proposta em questão objetivava especificamente o suporte à inovação empresarial e que no conjunto de anexos distribuídos estavam detalhados a operacionalização do programa e um balanço das ações passadas, incluindo alguns cases ilustrativos de como o RHAЕ havia contribuído para a inovação em algumas empresas. O Sr. Pacheco lembrou ainda que o Fundo Verde-Amarelo é um instrumento criado para fortalecer o sistema nacional de inovação e a interação Universidade-Empresa, e que embora a prioridade seja promover a inovação, não há qualquer obrigatoriedade de alocar cem por cento dos recursos para programas que beneficiam direta e imediatamente as empresas. O Sr. Pacheco encerrou o debate em torno desse tema solicitando ao Sr. Brandão que providenciasse os ajustes na redação do documento do RHAЕ-inovação sugeridos pelo Sr. Suzigan antes que o mesmo fosse disponibilizado para o público, e passou ao próximo ponto da pauta, a proposta de projetos cooperativos entre empresas e universidades.

Termos Livres: AÇÕES DO CT-VERDE AMARELO; ALOCAÇÃO DE RECURSOS; CNPQ; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO; EMPRESAS; FUNDO VERDE-AMARELO; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; PESQUISADORES; PRIORIDADES DO CT-VERDE AMARELO; PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS PARA ATIVIDADES ESTRATÉGICAS EM APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; PROJETOS; RHAЕ-INOVAÇÃO; UNIVERSIDADE-EMPRESA;

15. Os Srs. Bernardini e Alvim, indagaram sobre o montante necessário para contrapartida dos

projetos. O Sr. Buainain esclareceu que o documento elaborado apresentava um leque de opções e condicionalidades para atender a diversas categorias de empresas, projetos e situações regionais. As micro, pequenas e médias empresas são incentivadas a participar na medida em que a contrapartida exigida é diferenciada das empresas de maior porte, também são previstos incentivos adicionais para estimular a participação das empresas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Após os esclarecimentos o documento sobre Projetos Cooperativos foi aprovado.

Termos Livres: CONTRAPARTIDA DE RECURSOS; MÉDIAS EMPRESAS; MICROEMPRESAS; PEQUENAS EMPRESAS; PROJETOS; PROJETOS COOPERATIVOS; REGIÃO CENTRO-OESTE; REGIÃO NORDESTE; REGIÃO NORTE;

16. O Sr. Pacheco sugeriu que se fizesse uma mudança na ordem de apresentações dos documentos e solicitou ao Sr. Ferraz que realizasse uma breve exposição da proposta de Mobilização e Informação para Inovação. O Sr. Ferraz informou que a proposta fora elaborada levando em conta os debates realizados nas reuniões do Comitê Gestor, das quais pareceu emergir um entendimento de que responder às demandas dos empresários seria um bom instrumento de mobilização. Assim sendo, considerou-se que a proposta de criação do serviço brasileiro de respostas técnicas cumpriria bem essa prerrogativa. Segundo o Sr. Ferraz, a proposta consiste em integrar, de maneira progressiva e voluntária, todos os serviços de respostas técnicas existentes no Brasil. Esses serviços já respondem a questões pontuais apresentadas pelas empresas, e sua maior limitação atualmente a insuficiente capilaridade. O Sr. Pacheco interrompeu para esclarecer que a previsão é iniciar com uma ação mais modesta, avaliando paralelamente a efetividade do atendimento junto ao usuário final do serviço de resposta técnica antes de dar os passos seguintes. Segundo o Sr. Pacheco, deste modo se maximizaria os investimentos realizados pelo Fundo de Infra-estrutura no IBICTI visando à conexão de todo o serviço de resposta técnica que existe no Brasil. Informou que o MCT, IBICTI e INPI, com o apoio da OMPI, havia decidido implantar um serviço de informação e prospecção tecnológica baseado no banco internacional de patentes, o qual também seria colocado à disposição dos empresários. O Sr. Ferraz expôs que a proposta objetivava fortalecer e consolidar o Movimento Brasil Competitivo, que dispõe de um potencial para mobilizar os setores privado e público em favor da inovação. Ainda segundo o Sr. Ferraz, a proposta prevê também a organização e difusão de informação sobre o sistema de inovação, como acessar e usar os instrumentos disponíveis, bem como a realização de um conjunto de workshops em diferentes regiões do País, entre 2002 e 2003, de modo a discutir ações e problemas relacionados à importância da inovação no processo de gestão da empresa. O Sr. Pacheco informou ter participado de uma reunião do Movimento Brasil Competitivo, onde na oportunidade enfatizou o interesse do MCT de dar prosseguimento às parcerias entre o MCT e o PBQP na linha de qualidade e gestão, salientando que gostaria muito que essa parceria na mobilização tivesse uma grande ênfase no sistema de inovação.

Termos Livres: CTINFRA; FUNDO DE INFRA-ESTRUTURA; IBICT; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; INPI; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA; INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL; INVESTIMENTOS; MCT; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO; OMPI; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL; PARCERIAS; PBQP; PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE; PROSPECÇÃO TECNOLÓGICA; SERVIÇO DE INFORMAÇÃO;

17. O Sr. Pacheco observou que houve uma perfeita concordância por parte do comitê do Movimento Brasil Competitivo nessa direção. Essa pareceria permitiria maximizar o investimento já realizado e evitaria a criação de uma estrutura de mobilização extra. O Sr. Guarita expôs sua preocupação no sentido de se evitar sistemas de informação no formato de pacotes fechados. Visando o melhor entendimento da proposta, o Sr. Ferraz destacou três pontos substantivos: primeiro, a gestão da rede não é do IBICTI, e sim decidida pelos parceiros privados ou públicos em função do mérito; segundo, ênfase na resposta técnica customizada pois o pacote é, no máximo, um exemplo, mas nunca solução; terceiro, a busca pela valorização da experiência de cada elo da rede com a base, aproveitando, respeitando e não descaracterizando todo o produto informacional de qualquer um dos participantes da rede. O Sr. Bernardini comentou que a resposta técnica personalizada é importantíssima mas destacou que não resolve o problema da informação necessária para facilitar o acesso ao sistema. Na opinião do Sr. Bernardini, a proposta necessita de ajustes, de modo que a proposta de informação comece por um nível mais elementar para depois caminhar para a mobilização, onde o caminho seria a escolha de uma parceria adequada sem inventar novos instrumentos. Ainda segundo o Sr. Bernardini, o sistema de informação precisa estar integrado em um amplo sistema de informação que disponibilize o "caminho das pedras". Finalizando, o Sr. Bernardini demonstrou preocupação quanto ao fato de o Comitê Gestor estar programando despesas até 2004 sem ouvir os interessados, que são os demandantes. Insistiu na necessidade de

o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e a Secretaria Técnica proporcionarem um estudo sobre as prioridades das empresas para orientar o planejamento das ações futuras do Fundo. Apesar de concordar com as palavras do Sr. Bernardini, o Sr. Alvim comentou que, no caso específico das micro e pequenas empresas, o simples fato da constituição das redes, por si só, podia ser considerado um ponto inicial de estímulo à elaboração de projetos. O Sr. Pacheco lembrou que está prevista uma proposta aditiva no sentido de avaliar a qualidade da prestação desse serviço antes de prosseguir com a ação; e que o acesso ao leque de novos instrumentos demandará uma grande campanha de divulgação e informação. Neste sentido, propôs o aumento do escopo da atividade informação, designando a FINEP e o CNPq para elaborar e trazer ao Comitê uma linha adicional de trabalho nessa área, explicitando a estratégia de divulgação e informação desses novos instrumentos. O Sr. Guarita concordou com os pontos levantados pelo Sr. Bernardini no que se refere a necessidade de se tornar a informação mais acessível, mais didática e mais clara. Entretanto questionou se o Fundo Verde-Amarelo deveria financiar esse tipo de ação, que em sua opinião caberia ao MCT e suas agências, com base em recursos orçamentários. O Sr. Cavalheiro informou que o CNPq está trabalhando junto aos pró-reitores de pós-graduação e pesquisa para que as grandes universidades apresentem, em um modelo único, uma espécie de portfólio contendo tudo o que elas possuem e que pode ser objeto de interesse da classe empresarial, explicitando as competências e como as empresas podem utilizá-las. Prosseguindo, o Sr. Cavalheiro expôs que é preciso haver um debate para se determinar onde a disponibilização da informação será mais útil, não vendo nenhum impedimento para que a mesma esteja disponibilizada em vários locais distintos, lembrando que é preciso um pequeno volume de recursos para concretizar essa ação. O Sr. Piccinini sugeriu que o balcão de atendimento ao cliente apresentasse dois produtos: uma cesta de "produtos políticos", onde se explicitaria os instrumentos de apoio existentes, de modo bastante prático e amigável, e uma segunda cesta com informações a respeito da competência das universidades, conforme descrito pelo Sr. Cavalheiro. O Sr. Ferraz reforçou a necessidade de que o conjunto de informações seja apresentado de modo mais claro do que nos modelos vigentes, que muitas vezes tornam a informação pouco compreensiva para o usuário final. O Sr. Ferraz citou o exemplo de um projeto, fruto de uma parceria entre a CNI e o TECPAR, onde a primeira entrou com a elaboração de uma metodologia para levantamento de demanda e o TECPAR com a tecnologia de identificação de ofertas. O resultado do exercício-teste realizado com o setor têxtil encontra-se disponível em CD-ROM. O Sr. Pacheco sugeriu que o material citado pelo Sr. Ferraz e outras iniciativas do tipo fossem disponibilizadas para os membros do Comitê Gestor. Em seguida, o Sr. Pacheco comentou que as reuniões técnicas realizadas conforme resolução da última reunião mostraram-se eficazes e possibilitaram um sensível avanço e amadurecimento, ainda que desigual, em todas as propostas apresentadas. Em relação à proposta de Mobilização e Informação para a Inovação, o Sr. Pacheco sugeriu que fosse encaminhada a versão mais minimalista de utilizar o Movimento Brasil Competitivo para a difusão desses instrumentos novos de inovação, deixando a discussão das ações complementares para reuniões técnicas que consolidariam um novo documento a ser encaminhado ao Comitê Gestor. O Sr. Bernardini reiterou que, no seu entendimento, a montagem de um balcão sistematizado de oferta de competências deveria preceder à montagem de um sistema de respostas técnicas. Em relação a esta questão o Sr. Pacheco argumentou que algumas ações exigem mais trabalho técnico de modo a evitar a tomada de decisões precipitadas a respeito de propostas não suficientemente maduras e pediu ao Sr. Ferraz e ao Secretário de Tecnologia Empresarial para estudarem no marco do Programa de Tecnologia Industrial Básica, como aproveitar as idéias e recomendações dos conselheiros em relação a esta questão.

Termos Livres: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS; CGEE; CNI; CNPQ; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO; ELABORAÇÃO DE PROJETOS; EMPRESAS; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS; FINEP; FUNDO VERDE-AMARELO; IBICT; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA; INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ; INVESTIMENTOS; MCT; MICROEMPRESAS; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO; PARCERIAS; PEQUENAS EMPRESAS; PROGRAMA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL BÁSICA; PROJETOS; RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS; SECRETARIA TÉCNICA; SERVIÇO DE INFORMAÇÃO; TECPAR; UNIVERSIDADES;

18. Passando para o próximo ponto da pauta, o Sr. Pacheco passou a palavra para que o Sr. Ávila procedesse a apresentação da proposta de Apoio Direto a Inovação. O Sr. Ávila iniciou expondo que a reformatação do documento procurou agregar os novos instrumentos dentro dessa ação, compondo-os de maneira adequada para responder às necessidades específicas de diferentes públicos. O Sr. Ávila lembrou que os novos instrumentos estão baseados, essencialmente, na utilização de recursos fiscais e na possibilidade de equalização da taxa de juros, na participação direta no capital de empresas ou de fundos, na subvenção direta a P&D das empresas e na

promoção de mecanismos de garantia para investidores de capital de risco. Segundo o Sr. Ávila, em 1999 a FINEP dispunha de um conjunto tímido de instrumentos e que, considerando o risco embutido nos processos de desenvolvimento tecnológico, financiar inovação com a mesma taxa de juros praticada para investimentos em expansão da capacidade produtiva é um procedimento inadequado, o qual não é utilizado em nenhum país do mundo. Ainda de acordo com o Sr. Ávila, a proposta é utilizar recursos do Fundo Verde-Amarelo para capitalizar empresas de mais alto conteúdo tecnológico em estágio nascente.

Termos Livres: APOIO À INOVAÇÃO; EMPRESAS; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS; FINEP; INVESTIMENTOS; PESQUISA E DESENVOLVIMENTO; RECURSOS DO CT-VERDE AMARELO;

19. Neste ponto o Sr. Pacheco interrompeu para sugerir que, devido a extrema importância, complexidade e sofisticação do assunto, a discussão dos novos instrumentos fosse objeto de debate na próxima reunião do Comitê. O Sr. Pacheco designou ao Sr. Ávila a tarefa de elaborar uma proposta de discussão neste tema, a qual deveria explicitar o que são e como impactam o Fundo e as carteiras de empréstimos. Retomando a palavra, o Sr. Ávila observou que uma novidade permitida pelo novo dispositivo, é a possibilidade de subvenção direta com recursos não reembolsáveis para P&D nas empresas. O Sr. Pacheco chamou atenção para o fato de que a utilização de alguns dos novos instrumentos ainda depende da aprovação pelo Congresso da proposta de suplementação orçamentária. Prosseguindo, o Sr. Ávila expôs que outro instrumento seria a autorização para se criar um fundo que ofereça garantia de liquidez a investidores de capital de risco, minimizando perdas de investidores privados.

Termos Livres: EMPRESAS; FUNDO VERDE-AMARELO; INVESTIMENTOS; PESQUISA E DESENVOLVIMENTO; RECURSOS FINANCEIROS;

20. O Sr. Ávila chamou atenção para o fato de que a adequada operacionalização desses instrumentos por pequenas empresas demandaria a sua associação a algum tipo de assistência à elaboração e execução de bons projetos. Em relação ao PATME, um instrumento praticado desde de 80, o Sr. Ávila identificou que a nova proposta aperfeiçoava dois pontos: a obtenção de economia de escala, ou seja, o aumento do número de operações e a retenção de aprendizado gerado nos atendimentos. Outra característica do antigo PATME, segundo o Sr. Ávila, é que o apoio oferecido é pequeno e sem complementaridade ou instrumento que permita um aporte maior de recursos. A proposta do novo PATME envolve recursos reembolsáveis oriundos de diferentes fundos setoriais e do SEBRAE na proporção de cinquenta por cento, sendo que os fundos entram com o componente estritamente tecnológico e o SEBRAE financia os serviços de apoio ao desenvolvimento da gestão, desenvolvimento de práticas comerciais e outras correlatas. A proposta prevê a descentralização das operações, envolvendo as instituições de pesquisa, os SEBRAEs locais, as representações da FINEP e os agentes financeiros locais, que não se tratam exclusivamente dos bancos de desenvolvimento tradicionais, mas também as agências de fomento que estão sendo criadas nos Estados. Em relação a este ponto o Sr. Ávila comentou que a Associação Brasileira de Bancos em Desenvolvimento está capacitando, organizando e credenciando as agências locais de fomento para utilização do fundo de aval do SEBRAE. E que, uma vez credenciada, a agência de fomento se capacita também a repassar recursos da FINEP, criando assim uma ação descentralizada de crédito à pequena empresa. Quanto a operacionalização da assistência técnica, o Sr. Ávila esclareceu que a proposta é que a empresa exponha sua questão on line e que o pedido da empresa seja direcionado para a instituição credenciada habilitada àquele tipo de atendimento, que executará um diagnóstico, solucionando pequenos problemas em moldes PATME e elaborando um plano para a capacitação e desenvolvimento tecnológico, caso seja conveniente e viável para aquela empresa. Em seguida o Sr. Ávila explicou que a segunda fase do apoio englobaria o financiamento propriamente dito, cabendo ao agente financeiro avaliar o crédito, considerando que o financiamento é a juros zero e risco coberto pelo fundo de aval do SEBRAE. O pacote inclui um financiamento da contrapartida e um financiamento com equalização de tudo o que é realizado intramuros em uma empresa. Segundo o Sr. Ávila os instrumentos expostos necessitam estar associados uma ação substantiva e bem organizada para que possa funcionar a contento. Assim sendo, há a proposta de usar esse dispositivo para apoiar as micro e pequenas empresas inseridas nos arranjos produtivos locais, o que significa credenciar as instituições de pesquisa dos arranjos para o atendimento às pequenas empresas em cadeias selecionadas. Cada fundo setorial deve determinar as cadeias às quais dará prioridade. Encerrando sua apresentação, o Sr. Ávila salientou que a ação de empreendedorismo também utilizará os novos instrumentos, em particular a subvenção para empresas nascentes e emergentes, a capitalização de fundos de capital semente e a oferta de garantias para investidores privados em fundos de capital de risco.

Termos Livres: AGÊNCIAS DE FOMENTO TECNOLÓGICO; ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA; DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; EMPREENDEDORISMO; EMPRESAS; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS; FINANCIAMENTO; FINEP; FUNDOS SETORIAIS; MICROEMPRESAS; PATME; PEQUENAS EMPRESAS; PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; PROJETOS; RECURSOS FINANCEIROS; SEBRAE; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS;

21. O Sr. Pacheco expôs que, em consulta realizada junto aos demais membros do Comitê, e na sua opinião, as propostas de ação em Empreendedorismo, Parques e Pólos, Apoio Direto a Inovação, Estudos e Eventos e Arranjos Produtivos Locais, são extremamente importantes, mas que os documentos precisam de ajustes do ponto de vista da sua qualidade, de modo a ganhar mais solidez, visibilidade e aderência na sociedade. E propôs que os documentos fossem, uma vez mais, debatidos e revisados pelos grupos técnicos coordenados pela Secretaria Técnica do Fundo Verde-Amarelo antes da próxima reunião. O Sr. Pacheco comentou que os documentos evoluíram sensivelmente desde a última reunião, inclusive aproveitando as reuniões técnicas, entretanto, na visão da maioria dos conselheiros, esses documentos, embora sirvam como uma orientação para alocação dos recursos, ainda não se encontram em uma forma suficientemente elaborada sob o ponto de vista de conteúdo e de forma que permitam a sua disponibilização como documentos públicos aprovados pelo Comitê. O Sr. Pacheco salientou ainda que a preocupação dos membros do Comitê pela qualidade dos documentos é uma demonstração do interesse dos conselheiros pelo seu papel no Comitê. Considerando que os problemas são mais de forma do que de conteúdo, o Sr. Pacheco sugeriu que se aprovasse a liberação de uma parcela do orçamento proposto para estas ações, evitando que as mesmas permaneçam paralisadas. Os membros do Comitê Gestor acataram a sugestão do Sr. Pacheco, que solicitou ao Sr. Buainain a organização dos trabalhos necessários para a revisão dos documentos.

Termos Livres: ALOCAÇÃO DE RECURSOS; APOIO À INOVAÇÃO; ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; EMPREENDEDORISMO; FUNDO VERDE-AMARELO; RECURSOS FINANCEIROS; SECRETARIA TÉCNICA;

22. O Sr. Ávila comentou que a FINEP encontraria dificuldades para operar essas ações e questionou se a natureza dos problemas identificados nos documentos eram de forma ou de conteúdo. O Sr. Pacheco manifestou especial preocupação quanto à operacionalização das ações que apresentem restrições legais a partir de 5 de julho, como no caso do repasse de recursos a instituições estaduais. O Sr. Ávila observou que haveria um problema operacional, pois a lógica atual de organização do trabalho não possibilita a distinção dos projetos que envolvem atores estaduais ou federais. Em relação a este ponto, o Sr. Pacheco afirmou que o MCT orientaria a FINEP sobre a operação dessas ações nesse intervalo e que disponibilizaria aos demais membros do Comitê estas orientações.

Termos Livres: FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS; FINEP; MCT; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; PROJETOS; RECURSOS FINANCEIROS;

23. O Sr. Guarita solicitou esclarecimentos quanto a possível descontinuidade da ação PATME em vigor e em relação à construção do novo processo. Sugeriu que fosse contemplada a possibilidade de se realizar arranjos não apenas por meio dos governos estaduais, mas também diretamente com outras instituições ou associações interessadas em comprometidas com o processo de promoção da inovação. O Sr. Alvim esclareceu que o PATME vem sendo mantido exclusivamente com recursos do SEBRAE e não será interrompido, mas que a operacionalização em escala relevante da nova modalidade dependia do aporte de recursos do Fundo Verde-Amarelo e da FINEP.

Termos Livres: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; FUNDO VERDE-AMARELO; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; PATME; PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; RECURSOS FINANCEIROS; SEBRAE; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS;

24. O Sr. Pacheco explicou que o uso de recursos do orçamento fiscal normal do ministério nos programas de sistemas locais de inovação tinha o intuito de sensibilizar os estados para do tema inovação e alavancar os gastos estaduais em temas ligados às realidades concretas dos estados. Neste sentido o MCT vinha promovendo a reconstituição e valorização do fórum dos Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, e muitas secretarias estaduais já tinham adquirido nova dimensão política, capacitando-se para apoiar esforços e iniciativas de outras instituições. Nada

impede, portanto, que propostas de apoio a arranjos fossem levadas ao debate e encampadas pelos governos estaduais, prefeituras e parceiros. O Sr. Pacheco esclareceu que, na realidade, as prioridades vinham sendo estabelecidas a partir de discussões locais envolvendo governos, SEBRAE, federações de indústrias, instituições de pesquisa e ensino. Ainda segundo o Sr. Pacheco é importante que os fundos criem mecanismos que evitem que eles se tornem o único instrumento de financiamento, sempre estimulando gastos de contrapartida, seja em projetos cooperativos com o setor privado, seja em projetos locais com governos e outras instituições. As negociações de apoio a cada projeto local são realizadas em uma roda de negociação envolvendo todos os atores a fim de identificar a responsabilidade de cada um e para definir a sua parcela no financiamento do projeto. O Sr. Guarita sugeriu que fosse criado um mecanismo que permita um encaminhamento distinto da via estado para evitar que a seleção dos projetos a serem apoiados sofram influências dos interesses de grupos regionais. O Sr. Pacheco observou que um modo de evitar essa situação seria por meio da seleção criteriosa de projetos de qualidade com uma boa interlocução com todos os atores.

Termos Livres: APOIO A PROJETOS; FINANCIAMENTO; FÓRUM NACIONAL DOS SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE C&T; FUNDOS SETORIAIS; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; MCT; MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA; PROJETOS COOPERATIVOS; RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS; SEBRAE; SELEÇÃO DE PROJETOS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS;

25.

Mudando de tema, o Sr. Cavalheiro sugeriu que, para cada proposta ainda não aprovada, fosse designado um relator membro do Comitê, responsável por acompanhar o processo de reestruturação dos documentos e de apresentar a versão final na próxima reunião do Comitê. A proposta foi aceita pelo Comitê. Em função da resolução de se realizar reuniões técnicas sobre os temas, o Sr. Pacheco considerou desnecessária a exposição dos outros dois documentos. Sr. Suzigan expôs que, no caso da proposta envolvendo arranjos produtivos considerava interessante convidar alguns grupos de pesquisa das instituições de ensino superior para participarem das discussões, citando o grupo da UFRJ e o da Unicamp. O Sr. Pacheco sugeriu que Sr. Suzigan fosse o relator da proposta de arranjos produtivos locais. O Sr. Bernardini sugeriu que se passasse para a distribuição dos recursos nas linhas propostas e posteriormente se retornasse a apresentação dos documentos restantes caso o tempo disponível permitisse. A sugestão do Sr. Bernardini foi acatada e o Sr. Pacheco acrescentou que a forma operacional das carteiras se tratava de questão a ser resolvida no âmbito das agências, não sendo papel do Comitê entrar nesse mérito. No caso específico do empreendedorismo o Sr. Pacheco expôs que sua preocupação não era o edital, mas sim garantir o andamento de algumas parcerias com o Estados em projetos de grande porte como estudos de viabilidade de Parques Tecnológicos, pois governos locais se disponibilizaram a alocar um volume de recursos nesses estudos superior à metade do valor total do projeto, entretanto os estados aguardam uma sinalização de investimentos para deflagrar o processo. Essas parcerias seriam inviáveis a partir de 5 (cinco) de julho. O Sr. Castro solicitou esclarecimentos quanto a restrição de prazo também para a ação de apoio direto a inovação. O Sr. Pacheco esclareceu que na ação de apoio direto à inovação e, de modo mais específico, no caso do PROGEX e PATME, ultrapassar a data limite estabelecida pela lei eleitoral significaria excluir parceiros estaduais importantes como o IPT de São Paulo. O Sr. Pacheco lembrou que a legislação eleitoral inviabiliza contratações inclusive após a eleição, pois a proibição se estende até o dia 31 de dezembro. O Sr. Bernardini observou que a alocação da totalidade dos recursos nesta reunião dispensaria outras reuniões do Comitê Gestor até o próximo ano, pois todo o trabalho adiante estaria delegado à FINEP e ao CNPq. Assim sendo, o Sr. Bernardini solicitou à FINEP que forneça previamente dados suficientes que permitam avaliar a qualidade dos programas. O Sr. Pacheco expôs que a aprovação da liberação de até 50% do valor dos projetos não significa que necessariamente todo esse montante será aplicado, e que eles deverão contemplar os investimentos nos projetos relevantes e prioritários que apresentem um prazo exíguo para alocação de recursos. O Sr. Piccinini, sugeriu que a seleção das carteiras pelas agências seja norteada pelos documentos propostos, observando o que é do âmbito estadual e que, portanto, apresenta limitações de prazo. O Sr. Pacheco acrescentou que os documentos fornecem uma boa uma orientação do que fazer e que, embora não estejam na forma e no conteúdo satisfatórios para sua publicitação, contêm diretrizes a serem usadas como guias para alocação de recursos. O Sr. Fischmann registrou que as limitações que o Comitê de certa forma impõe são consequência direta da pouca informação disponibilizada. E sugeriu que fosse dada às agências maior liberdade de atuação nos projetos de menor porte e que as ações relevantes de grande porte fossem trazidas à apreciação do Comitê Gestor. Diante da reivindicação do Sr. Fischmann, o Sr. Pacheco expôs que o tempo disponível pelo Comitê já é insuficiente para discussão dos documentos e orientações gerais relacionadas às diretrizes, e que seria inviável trazer projetos à mesa. O Sr. Pacheco acrescentou ainda que boa parte das ações envolve instrumentos de chamada pública, não permitindo que se tenha um panorama prévio dos projetos que serão apresentados.

Termos Livres: ALOCAÇÃO DE RECURSOS; APOIO À INOVAÇÃO; ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; CARTEIRA DE PROJETOS; CHAMADA PÚBLICA; CNPQ; COMITÊ GESTOR; CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO; DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS; EDITAIS; EMPREENDEDORISMO; FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS; FINEP; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR; INVESTIMENTOS; PARCERIAS; PARQUES TECNOLÓGICOS; PATME; PROGEX; PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO À EXPORTAÇÃO; PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS; PROJETOS; RECURSOS FINANCEIROS; UFRJ; UNICAMP; UNIVERSIDADE DE CAMPINAS; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO;

26. Passando para o último ponto da pauta, o Sr. Pacheco expôs que, em uma rápida consulta prévia aos membros do Comitê, identificou um consenso em relação a necessidade de aumento dos recursos destinados aos projetos cooperativos, a ser viabilizado a partir de uma pequena redução nos componentes de mobilização, estudos, arranjos locais de inovação ou empreendedorismo. O Sr. Guarita sugeriu que fosse preservada a alocação proposta para o item Empreendedorismo, Parques e Pólos e que se reduzisse ainda mais os recursos do item Mobilização e Informação, pois a proposta apresentada não demandaria muitos recursos. Já o Sr. Bernardini sugeriu que houvesse uma aporte maior de recursos na ação englobando os novos instrumentos de apoio à inovação. Aglutinando as propostas, o Sr. Pacheco expôs que nova alocação de recursos nas grandes linhas de ação ficaria do seguinte modo: dois milhões para mobilização e Informação para Inovação, dois milhões e meio para Estudos e Eventos, dezoito milhões para Apoio Direto a Inovação, sendo nove para a proposta FINEP/SEBRAE e nove para a proposta RHAe-inovação do CNPq; trinta milhões para Projetos Cooperativos, sendo dez milhões Carta Convite às Empresas, dez milhões para o Edital de Projetos Cooperativos e dez milhões para Encomenda; doze milhões para Tecnologia Industrial Básica, sete milhões para Arranjos Locais e oito milhões para Empreendedorismo, parques e pólos. O Sr. Pacheco salientou que se tratava de uma alocação propositiva, podendo sofrer modificações ao longo do ano de acordo com o comportamento da demanda. Agradeceu a compreensão dos conselheiros que, aprovando essas medidas evitam que bons projetos tenham sua contratação eventualmente impossibilitada devido a impedimentos legais.

Termos Livres: AÇÕES DO CT-VERDE AMARELO; ALOCAÇÃO DE RECURSOS; ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; CONTRATAÇÃO DE PROJETOS; EMPREENDEDORISMO; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; LINHAS DE AÇÃO; PARQUES TECNOLÓGICOS; PROGRAMA DE ESTÍMULO À INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA PARA O APOIO À INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE; PROJETOS; PROJETOS COOPERATIVOS; RECURSOS FINANCEIROS; RHAe-INOVAÇÃO; TECNOLOGIA INDUSTRIAL;

27. Antes de encerrar a reunião o Sr. Pacheco incumbiu a Secretaria Técnica de verificar a disponibilidade dos membros do Comitê Gestor para que a próxima reunião fosse realizada dentro de aproximadamente sessenta dias com os seguintes itens de pauta: 1) Aprovação da Ata da V reunião; 2) Apresentação pelos relatores dos documentos reformulados; 3) apresentação e discussão das diretrizes para utilização dos novos instrumentos; 4) Balanço das ações colocadas em prática; 5) Outros assuntos de interesse do Comitê.

RESOLUÇÕES

- 2002/3** Reestruturação e distribuição, a título de informação, das planilhas contendo a prestação de contas e a listagem de projetos, e inserindo-se colunas especificando os parceiros, a data de contratação e o prazo dos projetos. E ainda uma tabela sintética de desembolso por região;

Termos Livres: CONTRATAÇÃO DE PROJETOS; DESEMBOLSO DE RECURSOS; PARCERIAS; PROJETOS;

- 2002/4** Associação com o Movimento Brasil competitivo de modo a viabilizar a difusão dos novos instrumentos de inovação;

Termos Livres: INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO;

2002/5 Realização de reuniões técnicas responsáveis pelo ajustes dos documentos propostos nas linhas de Empreendedorismo, Parques e Pólos, Apoio Direto à Inovação, Arranjos Produtivos Locais e Mobilização e Informação para a Inovação, com o objetivo de aportar subsídios para a revisão dos documentos;

Termos Livres: APOIO À INOVAÇÃO; ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; EMPREENDEDORISMO; PARQUES TECNOLÓGICOS;

2002/6 Devido a sua extrema importância e sofisticação, os novos instrumentos sejam o foco da próxima reunião do Comitê Gestor, explicitando o que são e o modo como impactarão o Fundo e as carteiras de empréstimos. O Sr. Ávila foi designado para elaborar uma proposta de discussão neste tema;

Termos Livres: FUNDO VERDE-AMARELO;

2002/7 Designação de um relator do Comitê Gestor para cada documento a ser reformulado, que acompanhe as reuniões técnicas, a consolidação final do documento e o apresente aos demais membros do Comitê Gestor na próxima reunião;

Termos Livres: COMITÊ GESTOR;

2002/8 Disponibilização de metade dos recursos solicitados na propostas de Apoio Direto à Inovação, Empreendedorismo, Parques e Pólos, Arranjos Produtivos Locais e Mobilização e Informação para Inovação, de acordo com as diretrizes determinadas pelos documentos propostos e priorizando os projetos que apresentem dificuldades legais de contratação após o dia 5 de julho.

Termos Livres: APOIO À INOVAÇÃO; ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS; EMPREENDEDORISMO; INOVAÇÃO TECNOLÓGICA; PARQUES TECNOLÓGICOS; PRIORIDADES DO CT-VERDE AMARELO; PROJETOS; RECURSOS FINANCEIROS;